



MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

Políticos na missa

A missa celebrada ontem pelo núncio apostólico dom Giovanni D'Aniello, que comemorou o Dia da Padroeira Nossa Senhora do Desterro, foi acompanhada pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e a primeira-dama, Vanessa Machado. O deputado federal Miguel Haddad também esteve presente com a esposa Maria Rita Haddad.

Convênios liberados

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) autorizou ontem a assinatura de convênios com 146 municípios paulistas, incluindo Jundiaí, que será beneficiada por meio de um convênio com uma entidade (não divulgada), para a área de Direitos da Pessoa com Deficiência e Justiça. Itupeva também foi contemplada com convênio na área da saúde.

Verbas à saúde

Campo Limpo Paulista também foi contemplado ontem com R\$ 120 mil para a compra de uma ambulância ao município. O prefeito Japim Andrade (PROS) esteve no Palácio dos Bandeirantes para assinar a documentação que libera a verba. A emenda é do deputado estadual Carlos César (PSB). A verba será liberada nos próximos dias para que a Secretaria de Saúde faça a compra do veículo.

Piccolo, Sartori e PDT

Sobre uma possível troca de partido do ex-vereador Gerson Sartori (PSD), noticiada por esta coluna, o presidente do PDT na cidade, Alan Piccolo, afirma que ainda não foi procurado por Sartori para tratar do assunto. Mas frisa que o "namoro" faz parte do jogo político. Ele adianta ainda que deve sair candidato a deputado federal em 2018 e o vereador Arnaldo da Farmácia deve assumir a presidência da sigla.

Plano de Turismo

Em audiência pública realizada nesta terça-feira (15) em Itupeva, vereadores discutiram o projeto de lei complementar nº 472, que institui Política Municipal de Turismo e Plano Diretor de Turismo, apresentado pela Secretaria de Agricultura e Turismo. Os vereadores ainda vão apresentar emendas em uma sessão extraordinária hoje antes de aprovar o Plano e seguir com a conquista de recursos para a área.

Lei de Parcerias

A Câmara Municipal de Louveira promove nesta quinta-feira (17), a partir das 10h, encontro para discutir sobre a importância da Lei de Parcerias. O evento, gratuito, é voltado principalmente para representantes de ONGs, OSCs, OSCIPs e da administração pública direta e indireta. A palestra será da advogada Lúcia Maria Bludeni, que vai falar sobre a lei 13.109, que trata sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

► CÂMARA DE JUNDIAÍ

Proposta pretende limitar a responsabilidade de investimento do órgão apenas em ativos bons e evitar novos prejuízos

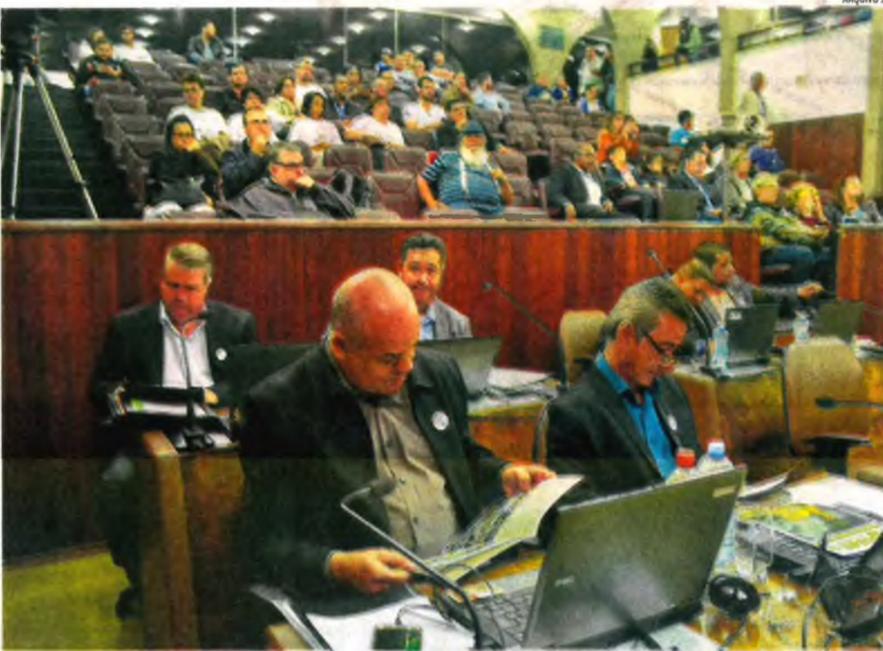
Projeto estabelece critérios para aplicação do Iprejun

MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

A Câmara de Jundiaí coloca em votação nesta quarta (16) o projeto de lei 11.517, do vereador Paulo Sergio Martins (PPS), que altera a lei 5.894/02, que criou o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (Iprejun), para estabelecer critérios para aplicação dos recursos financeiros da instituição.

Resumindo, o projeto pretende limitar a responsabilidade de investimento do órgão apenas em ativos bons e limitar o poder de investimento do diretor-presidente do Iprejun, que está vago desde a exoneração da ex-gestora Fabiane da Silva Prado Palmerini. O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) chegou a nomear o advogado Igor Jefferson Lima Clemente para o cargo, mas a nomeação não foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Iprejun. "Queremos evitar que o próximo diretor-presidente, que não sabemos quem é, promova aplicações em instituições que tragam prejuízos aos investidores", explica o vereador.

A 26ª sessão ordinária des-



SESSÃO ORDINÁRIA Vereadores dão início a mais uma pauta legislativa a partir das 18h desta quarta-feira (16), em Jundiaí

ta legislatura também irá votar mais cinco projetos. Um dos que chamam a atenção é do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que institui o dia 3 de agosto como 'Dia do Skate' no calendário municipal de eventos.

O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), deve apresentar o projeto de lei 12.282, que prevê publicidade da relação de imóveis integrantes do patrimônio público municipal e alugados pelo município.

Já o projeto de lei 12.297, de autoria do vereador Arnaldo da Farmácia (PDT), institui o Programa de Assistência Amiga de amparo e orientação à população.

O projeto de lei 12.312, do vereador Valdeci Vilar Ma-

theus (PTB), prevê divulgação de informações sobre multas de trânsito aplicadas no município.

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) encaminhou o veto parcial ao projeto de lei 12.301, do vereador Rogério Ricardo da Silva (PHS), que cria contribuição voluntária às instituições sem fins lucrativos da área de saúde.

Moções

Duas moções que serão apresentadas hoje estão relacionadas às áreas de educação da cidade. O vereador Leandro Palmarini (PV) apela à bancada do partido da Assembleia Legislativa por gestão junto ao governo do Estado por alteração da lei 16.338/16, para impedir alienação da área onde funciona o Centro de Engenharia de Automação do Instituto Agrônomo de Campinas (CEA-IAC).

O vereador Rogério Ricardo da Silva apela ao governador do Estado por manutenção ou ampliação de oferta de cursos na escola técnica Vasco Antonio Venchiarutti (Étecav) e na Escola técnica Benedito Storani (ÉtecBest).

► JBS

Supremo retira de Moro parte da delação

Em recurso à Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), a defesa do ex-ministro Guido Mantega reverteu uma decisão do ministro Edson Fachin de enviar para o juiz Sergio Moro, de Curitiba, uma parte da delação da JBS que aponta irregularidades no BNDES e em fundos de pensão.

A decisão, desta terça (15), foi estendida também a partes da delação da JBS que citavam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O advogado de Mantega, Fábio Tofic, recorreu da decisão de Fachin de remeter trechos da delação da JBS, fechada com a PGR (Procuradoria-Geral da República), para a Justiça Federal em Curitiba e no Distrito Federal.

Tofic argumentou que, se a intenção do ministro era apenas remeter o conteúdo da delação para a primeira instância sem analisá-lo em profundidade, o caso deveria ir somente para a Justiça Federal em Brasília, que é o local onde teriam ocorrido as irregularidades delatadas.

Ainda segundo o advogado, já existem em Brasília investigações sobre o BNDES e fundos de pensão, e esses assuntos não têm ligação com a Petróbras e com a Lava Jato para que fossem enviados a Curitiba.

Fachin negou o pedido do advogado e foi acompanhado pelo ministro Ricardo Lewandowski.

Divergência

Em seguida, Gilmar Mendes, que chegou no final da sessão, divergiu de Fachin e votou a favor do recurso. O ministro Celso de Mello acompanhou Mendes na divergência. Por fim, Lewandowski disse que os argumentos dos colegas o haviam convencido a mudar de opinião.

Foram três votos para que trechos da delação da JBS sobre Mantega e Lula ficassem só em Brasília contra um para que fossem também para Curitiba.

Ao final da sessão, o advogado de Mantega comemorou. "Essa é uma decisão na direção de que Curitiba não é o juízo universal para investigar corrupção no país", disse Tofic.

Advogados que estavam no plenário brincaram, dizendo que evitar a remessa para Curitiba é "quase um habeas corpus", como disse um deles. (Folhapress)

► NAS CAMPANHAS

Relatório da reforma política revê doação oculta e pesquisas

O relator da reforma política, deputado Vicente Cândido (PT-SP), apresentou nesta terça-feira (15) texto final em que resuscita as doações ocultas nas campanhas, amplia os limites para que pessoas físicas possam financiar candidatos e coloca barreiras e vedações à divulgação de pesquisas eleitorais.

O relatório, amplamente favorável a partidos e candidatos, diz respeito a um dos capítulos da reforma debatida no Congresso, a que não inclui alteração na Constituição.

Seu texto deve ser votado até a semana que vem em comissão e, depois, precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado até setembro para valer nas eleições de 2018.

A parte da reforma que modifica a Constituição - cria mais um fundo público para financiar candidatos, de R\$ 3,6 bilhões, além de alterar o modelo eleitoral do Legislativo para o chamado "distritão" - está um pouco mais avançada e deve ser votada no plenário da Câmara nesta quarta (16).

No relatório que apresentou nesta terça (o da parte infraconstitucional da reforma),

Cândido decidiu ampliar a volta que já havia anunciado das doações ocultas.

Antes ele estabelecia sigilo para aqueles cidadãos que fizessem doações de até três salários mínimos aos candidatos. Agora, incluiu a possibilidade de o doador pedir que seu nome não seja divulgado à população, qualquer que seja o valor.

Paralelamente a isso, ampliou consideravelmente o limite para doações de pessoas físicas. Hoje elas só podem direcionar a candidatos até 10% do seu rendimento do ano anterior. Pelo texto do petista, vai poder doar para cada cargo em disputa até 10% do rendimento ou 10 salários mínimos, o que for menor. Como em 2018 haverá seis cargos em disputa (presidente, governador, duas vagas para o Senado, deputado federal e deputado

estadual), o limite ficará em 60 salários mínimos.

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal proibiu que os candidatos continuassem a ser financiados pelas empresas, até então as maiores doadoras de campanha. Com isso, surgiu a articulação para votação de uma reforma que ampliasse o financiamento público e os limites para doações privadas de pessoas físicas. Críticos argumentam que muitas empresas usarão essas novas regras para escamotear doações por meio de várias pessoas físicas.

Cândido defende suas posições afirmando que em países da Europa as doações de pessoas físicas são robustas e, em relação à doação oculta, afirma ser necessário preservar o cidadão em um ambiente de radicalização das divergências políticas. (Folhapress)

vivo

Comunicado

A Vivo informa que devido furto na rede de cabo metálico da operadora, alguns telefones fixos da localidade de LOUVEIRA tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 10/08/2017 das 08h10 às 15h18 do dia 11/08/2017. Assim que houve a ocorrência a empresa enviou equipes especializadas ao local que recuperaram o lance de cabo danificado.

vivo

Comunicado

A Vivo informa que, por motivo de falha em equipamento na central da operadora alguns telefones fixos da localidade de VÁRZEA PAULISTA - SP tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 08/08/2017 das 11h58 às 14h23. Assim que houve a interrupção, enviamos equipes especializadas ao local e o equipamento danificado foi recuperado.

vivo

Comunicado

A Vivo informa que, por motivo de falha em equipamento na central da operadora alguns telefones fixos da localidade de VÁRZEA PAULISTA - SP tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 07/08/2017 das 22h37 às 22h45. Assim que houve a interrupção, enviamos equipes especializadas ao local e o equipamento danificado foi recuperado.

vivo

Comunicado

A Vivo informa que devido furto na rede de cabo metálico da operadora, alguns telefones fixos da localidade de LOUVEIRA tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 10/08/2017 das 07h10 às 18h53 do dia 11/08/2017. Assim que houve a ocorrência a empresa enviou equipes especializadas ao local que recuperaram o lance de cabo danificado.

vivo

Comunicado

A Vivo informa que, por motivo de falha em equipamento na central da operadora alguns telefones fixos da localidade de VÁRZEA PAULISTA - SP tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 08/08/2017 das 10h39 às 11h03. Assim que houve a interrupção, enviamos equipes especializadas ao local e o equipamento danificado foi recuperado.